

Políticas de avaliação e de responsabilização em Alagoas

Givanildo da Silva

Inalda Maria dos Santos

Edva Emanuelle Gomes da Silva

Fernanda Karina Souto Maior de Melo

Resumo

113

O Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (Saveal), criado em 2001, implantou mecanismos de padronização da cultura escolar. Com base em um estudo exploratório, tendo a pesquisa documental como técnica de coleta de dados, foi elaborada uma linha do tempo, de 2001 a 2024, período em que, histórica e culturalmente, sob influência dos cenários internacionais, regionais e locais destaca-se a elaboração das políticas educacionais. Os resultados mostram que as políticas locais, por meio de programas, consolidaram as políticas de avaliação e de responsabilização, em que os profissionais da educação e a comunidade local foram os interlocutores do processo. A partir de 2015, evidencia-se uma modernidade na gestão, no sentido de trazer para o espaço escolar a centralização da avaliação e da premiação, tendo como atividade-fim a responsabilização dos profissionais da educação. Em consonância com as políticas globais, efetivou-se um modelo pautado nas dimensões mercadológica, competitiva e gerencialista.

Palavras-chave: políticas de avaliação; políticas de responsabilização; Estado avaliador.

Abstract

Assessment and accountability policies in the state of Alagoas

The Educational Assessment System of Alagoas (Saveal), created in 2001, implemented mechanisms to standardize school culture. Based on an exploratory study and employing documentary research as a data collection method, a timeline was developed, from 2001 to 2024, a period in which, historically and culturally, the elaboration of educational policies stands out, mostly under the influence of international, regional and local scenarios. The results reveal that local policies, through programs, consolidated assessment and accountability policies, in which education professionals and the local community were the interlocutors in the process. From 2015 onwards, there are hints of a modernized management, in the sense of bringing the centralization of assessment and awards to the school space, with the ultimate goal of holding education professionals accountable. In conformity with global policies, an education model was implemented, based on market, competitive and managerial logic.

Keywords: policies of evaluation; accountability policies; state evaluator.

Resumen

Políticas de evaluación y responsabilización en Alagoas

El Sistema de Evaluación Educativa de Alagoas, creado en 2001, implementó mecanismos para normalizar la cultura escolar. A partir de un estudio exploratorio, utilizando la investigación documental como técnica de recolección de datos, se trazó una línea de tiempo, de 2001 a 2024, periodo en el que, histórica y culturalmente, bajo la influencia de escenarios internacionales, regionales y locales, destaca la elaboración de políticas educativas. Los resultados muestran que las políticas locales, a través de programas, consolidaron políticas de evaluación y responsabilización, en las que los profesionales de la educación y la comunidad local fueron los interlocutores del proceso. A partir de 2015, se hizo evidente la modernización de la gestión, en el sentido de llevar la centralización de la evaluación y los premios en el espacio escolar, siendo la principal actividad la responsabilización de los profesionales de la educación. En consonancia con las políticas globales, se implementó un modelo educativo basado en dimensiones de mercado, competitivas y de gestión.

Palabras clave: políticas de evaluación; políticas de responsabilización; Estado evaluador.

Introdução

As políticas de avaliação e de responsabilização estão presentes no contexto da educação brasileira desde as décadas de 1980 e 1990, contribuindo para mudanças estruturais no âmbito da cultura organizativa da escola e das dimensões que dinamizam o processo escolar, como o currículo, a avaliação, o Projeto Político-Pedagógico e a formação dos profissionais da educação, reestruturando os sentidos político-sociais da educação.

Na década de 1990, com as reformas políticas instauradas no Brasil e nos demais países da América Latina, a acentuação da cultura da avaliação foi se desenvolvendo na medida em que os profissionais da educação foram sendo responsabilizados pelos resultados educacionais. Após mais de três décadas de reformas políticas, essa cultura da avaliação tornou-se uma obsessão avaliativa (Afonso, 2007), por meio das influências globais e da intensificação de políticas neoliberais.

Nesse sentido, o Estado avaliador direciona ações político-pedagógicas para a educação, resultado de acordos planejados globalmente, determinando o modelo de educação a ser vivenciado em diferentes realidades, a partir do paradigma gerencial, cujas perspectivas são padronizadas e globalizadas. As sinalizações estão em consonância com a cultura avaliativa que caracteriza o cenário educacional à lógica do mercado, repercutindo em características semelhantes à escola pública.

Ao longo das décadas de avaliação no Brasil, de 1990 até os dias atuais, os estados e alguns municípios criaram sistemas próprios de avaliação, respondendo positivamente ao sistema político neoliberal e recrutando os profissionais da educação para serem responsabilizados pelos resultados. O Estado, a partir das reformas pós-1990, exime-se do papel de provedor e assume a interface de avaliador, condicionando os resultados educacionais alcançados nos testes padronizados à qualidade ofertada nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi apresentar os caminhos percorridos pela educação alagoana para a disseminação das políticas de avaliação e de responsabilização para as redes estadual e municipais. A questão norteadora para o desenvolvimento da pesquisa foi:

Quais políticas de avaliação e de responsabilização a rede estadual de Alagoas desenvolveu nos últimos 23 anos (2001/2024), de modo a vivenciar e influenciar um modelo de educação pautado em princípios gerenciais?

O ponto de partida para analisar o cenário proposto foi compreender como o Estado avaliador atua para atrair os profissionais da educação por meio de uma cultura de responsabilização expressa nas avaliações e nas políticas educacionais.

A metodologia da pesquisa esteve centrada em uma abordagem qualitativa (Groulx, 2008), com base em um estudo exploratório (Sampiere; Collado; Lucio, 2013), e tendo a pesquisa documental como técnica de coleta de dados (Gil, 2002) orientada pelas legislações que regulamentaram a cultura da avaliação e da responsabilização no estado de Alagoas nos últimos 23 anos (2001-2024).

O critério de escolha do conjunto de documentos foi o alinhamento da legislação ao cenário de modernização da administração pública, cuja centralidade tivesse a cultura da avaliação e da responsabilização como direcionamento para as redes estadual e municipais. As consultas às legislações, para a construção de uma linha do tempo, foram realizadas no *site* da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (Seduc-AL).

O artigo é composto de duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, dialoga-se sobre o Estado Avaliador e a cultura de avaliação na educação pública, com reflexões das implicações dessa cultura para a organização escolar. Na segunda, recuperam-se as políticas de avaliação e de responsabilização das duas últimas décadas da educação alagoana, sistematizando as políticas que são resultados das influências internacionais, regionais e locais para efetivar a cultura de avaliação na rede estadual.

O Estado avaliador e a cultura da avaliação na educação pública

No Brasil, o neoliberalismo surgiu, entre as décadas de 1980 e 1990, como resposta à crise estrutural do capital, iniciada nos anos de 1970, período em que países de diferentes regiões realizaram reformas com o intuito de reestruturarem e modernizarem o âmbito estatal. Para tanto, os Estados nacionais adotaram uma nova concepção de gestão pública, o gerencialismo, uma ideologia assentada nos princípios da eficiência, eficácia e produtividade, com o escopo de alterar a administração pública, redirecionando-a para o alcance de resultados que contribuíssem com a qualidade das políticas públicas (Silva; Silva; Gomes, 2019).

Em virtude disso, o Estado reduziu o seu papel como executor dessas políticas, por meio do corte nos investimentos destinados a elas e da transferência da responsabilidade pela sua implementação para a sociedade civil. Desse modo, aderiu à avaliação como um dos principais instrumentos para aferir a qualidade das políticas públicas, tornando-se um Estado regulador e avaliador. Conforme Afonso (2013), no contexto de 1980 a 1990, os Estados nacionais tinham autonomia para decidir se iriam aderir ou não à avaliação, o que foi considerado como a primeira fase do Estado avaliador, que objetivou utilizar a avaliação como forma de ampliar a qualidade e a eficiência das políticas públicas.

Durante a primeira fase do Estado avaliador, as políticas educacionais assumiram algumas características, a exemplo da formulação de testes padronizados e de *rankings* escolares articulados a mecanismos de *accountability*, os quais foram usados para responsabilizar as escolas e seus profissionais pela qualidade da educação oferecida, além de exigir de ambos a prestação de contas pelas ações desenvolvidas, em busca de elevar a qualidade educacional das escolas públicas (Afonso, 2013). Porém, entre o fim da década de 1990 e os anos 2000, essa conjuntura estatal sofreu alterações devido ao crescimento da influência externa dos países capitalistas centrais sobre os países periféricos.

Chegou-se, assim, à segunda fase do Estado avaliador, caracterizada pelo avanço da atuação dos países centrais, mediante assistências técnicas prestadas por organismos internacionais, nos países da periferia do capitalismo (Afonso, 2013). Esse influxo foi identificado nas políticas educacionais com a elaboração de sistemas de indicadores e de avaliações internacionais em larga escala, empregados para avaliar, comparativamente, a qualidade educacional dos países situados em diversas regiões do mundo (Afonso, 2013).

Diante disso, foi possível observar a gênese e o robustecimento de uma cultura avaliativa, em que a educação pública passou a atuar com base no alcance de determinadas metas, diretrizes e prioridades definidas fora do espaço escolar (Felipe, 2020), as quais são consideradas, atualmente, como sinônimo de presença ou ausência de qualidade educacional nas escolas. Nesse sentido, as políticas educacionais vêm sendo desenvolvidas com um enfoque centrado no alcance de metas, em resultados quantitativos e na competitividade, produtividade e responsabilização dos profissionais da educação, que acarretam modificações na gestão, no currículo e na avaliação educacionais (Oliveira, 2011).

Nessa conjuntura, compreende-se que o Estado avaliador atribuiu uma ênfase à necessidade de supervisionar e de mensurar a qualidade da educação pública e, para isso, fomentou a criação de sistemas de avaliação, com vistas a regular os sistemas e as redes de ensino, o que resultou em uma espécie de obsessão avaliativa (Afonso, 2007). Esta última se refere a um fenômeno que tem sido predominante na área educacional, especialmente, a partir do uso das avaliações externas em larga escala, realizadas pelo Estado nas unidades escolares para exercer o controle do processo e da qualidade educacionais e para definir o que deve ser ensinado e aprendido (Afonso, 2007).

É nesse contexto que as avaliações em larga escala têm adquirido um protagonismo crescente com o intuito de buscar cumprir as metas pactuadas que determinam, nos tempos atuais, a qualidade educacional. Nessa direção, as escolas, os estudantes e os professores são submetidos a uma avaliação de seus desempenhos, como forma de mensurar a qualidade da educação ofertada pelas instituições de ensino, sejam essas vinculadas aos âmbitos federal, estadual ou municipal. Por um lado, os resultados do desempenho são considerados o principal elemento responsável por expressar a qualidade educacional; por outro lado, eles desconsideram os diversos fatores que também intervêm no processo educativo e interferem na qualidade da educação.

Ao monitorar o desempenho escolar, identificando os dados que nortearão os processos de formulação e de implementação das políticas educacionais, as avaliações em larga escala atuam como um dispositivo que tem a função de regular a qualidade educacional (Afonso, 2002). Para isso, o Estado recorre à *accountability* educacional, que é uma forma de regulação da educação orientada por resultados, por dispositivos de avaliação de desempenho e por mecanismos de recompensa e de sanção, que proporcionam o ajuste das ações escolares, de modo que as escolas possam aprimorar a sua qualidade (Maroy, 2013). Com a *accountability* educacional, o Estado avalia a qualidade da educação pública, exigindo das escolas a prestação de contas das ações realizadas para a melhoria dos resultados e responsabilizando-as pelo seu alcance.

Breve historicização das políticas de avaliação e de responsabilização no estado de Alagoas

O contexto das políticas de avaliação na rede estadual de ensino teve início, em 2001, com a criação do Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (Saveal). Desde então, diferentes políticas foram sendo repercutidas nas escolas públicas, destacando-se como mecanismos de concretização dos modelos de padronização da cultura escolar, que convergiram em responsabilização para os profissionais das escolas.

A linha do tempo esboçada explicita um período de 23 anos, durante o qual, histórica e culturalmente, sob influência dos cenários internacionais, regionais e locais, foram se construindo as políticas educacionais do estado de Alagoas, a partir do movimento político-partidário para configurar as ações do grupo político local (Figura 1).

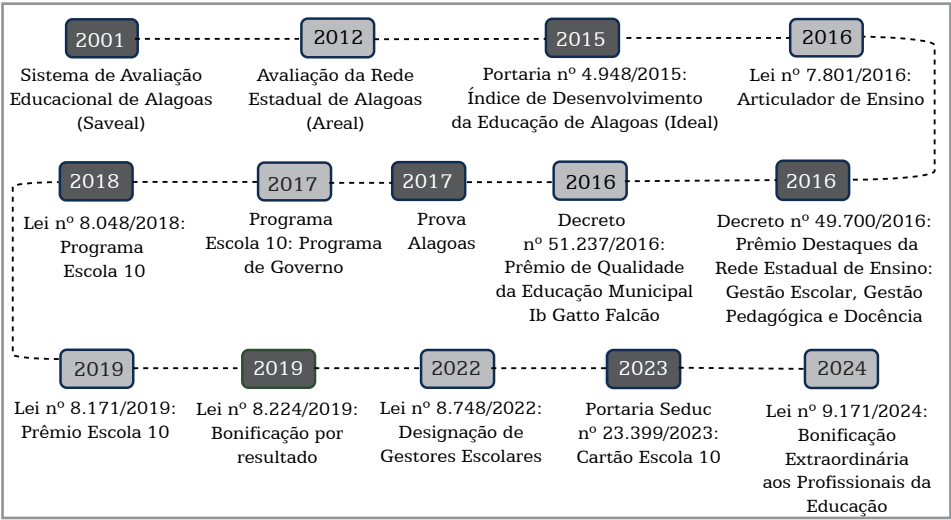


Figura 1 – Linha do tempo das políticas de avaliação da rede estadual de ensino de Alagoas

Fonte: Elaboração própria com base nas legislações educacionais alagoanas (2001-2024).

No período demarcado na linha do tempo, três grupos estiveram no comando da política estadual. Ao seu modo e sob as interferências globais e regionais, cada grupo desenvolveu políticas que contribuíram para a sinalização panorâmica do cenário em que está ajustada a educação alagoana na atualidade, no que se refere às políticas de avaliação e de responsabilização.

Ronaldo Augusto Lessa Santos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), governador no período de 1999 a 2002, teve como marca registrada a configuração do Saveal no ano de 2001, que “começou como pesquisa diagnóstica para coleta de informações e proposição de políticas educacionais, no contexto das políticas neoliberais, que implicavam a reforma do Estado brasileiro e, consequentemente, a reforma educacional” (Lima; Luce, 2022, p. 2). Nesse panorama, destaca-se que,

na década de 2000, as políticas de avaliação estavam no centro das reformas, congregando uma possibilidade global de denúncia da qualidade educacional.

De acordo com Lima (2021, p. 118), “o Saveal foi pensado levando em consideração, além da vontade política da secretária,¹ as discussões sobre avaliação externa e em larga escala que estavam ocorrendo em nível mundial”. Para além desse aspecto, Lima (2021, p. 121) argumenta que “o Saveal se pautava em conhecer e/ou reconhecer os problemas da realidade educacional alagoana, mas, sobretudo, era preciso agir sobre esses problemas, de forma célere. Portanto, investir na melhoria da educação básica no estado de Alagoas era o objetivo maior”.

O Saveal, nesse primeiro momento, configurou-se como diagnóstico para a rede estadual, perspectivando encontrar caminhos para a melhoria da educação alagoana. Lima (2021) apresenta que foram muitos os desafios para a implementação do Saveal, de maneira que, inicialmente, foram realizadas avaliações em 2001 e 2005, devido às complexas situações vivenciadas pela rede e pelo estado.

Teotônio Brandão Vilela Filho,² do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), criou, no período de 2007 a 2014, a Avaliação da Rede Estadual de Alagoas (Areal). Em 2012, ela foi realizada pela primeira vez, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), e fez parte do conjunto de ações para a melhoria do Saveal. A sua finalidade era realizar avaliações diagnósticas de língua portuguesa e matemática dos estudantes da rede estadual e dos municípios alagoanos. Além dos testes padronizados, aplicaram-se questionários socioeconômicos para a compreensão da realidade analisada.

De acordo com Lima (2021, p. 302), o Saveal, no governo Teotônio Vilela, “teve como objetivo produzir informações sobre a realidade educacional do estado, com a finalidade de auxiliar os gestores educacionais na elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino ofertado aos alunos de diversas redes”. No entanto, um cenário de consolidação das avaliações externas nacionalmente, “os resultados dos testes [do Saveal] contribuíram para a implantação de Projetos de Intervenção Pedagógica, mas na perspectiva de mobilização da comunidade escolar com vistas aos testes do Saeb” (Lima, 2021, p. 302).

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho (também conhecido como Renan Filho), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), governador no período de 2015 a 2022, adotou diversas políticas atreladas às orientações globais. Os encaminhamentos políticos do referido governo objetivaram a modernização da gestão, apresentando “de modo explícito o gerencialismo como modelo de gestão pública, com foco nos resultados. Foram instalados na estrutura administrativo-governamental a meritocracia, a competitividade, o individualismo, as metas, entre outras de suas estratégias” (Lima; Luce, 2022, p. 19).

Em 2015, no primeiro ano do governo de Renan Filho, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação de Alagoas (Ideal), como mecanismo para apresentar

¹ Maria José Viana (PT) assumiu a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas (SEE/AL) no ano de 1999, com a eleição de Ronaldo Lessa (PSB) ao governo do estado.

² O governo de Teotônio Vilela configurou-se como alinhado aos ditames neoliberais. Ver: Lira (2017) e Lira e Hermida (2017).

a qualidade educacional, medida pelos testes do Saveal. No entanto, enfatiza-se que o referido índice não repercutiu nas escolas e no estado, de modo que a principal referência para a implantação de políticas locais é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), parâmetro nacional de qualidade da educação, atrelado ao Plano Nacional de Educação (2014-2024).

O principal indutor para as políticas de avaliação e de responsabilização na educação alagoana foi o Programa Escola 10, elaborado como programa de governo em 2015, transformando-se em lei em 2017, tendo como referência as políticas educacionais do estado do Ceará, sob o prisma de modernizar e desenvolver diferentes programas e projetos com foco na responsabilização dos profissionais da educação.

Em decorrência do Programa Escola 10, outras políticas foram desenvolvidas em articulação com os municípios, via regime de colaboração, para que pudessem responder positivamente às políticas de avaliação e aumentar o Ideb. Desse modo, programas, portarias e decretos foram executados para a construção de uma engrenagem educacional com a finalidade de alcançar bons resultados nos testes padronizados e atrair os profissionais da educação das redes municipais e estadual. Destacam-se, entre as políticas oriundas do Programa Escola 10, a função do Articulador de Ensino, o Prêmio de Qualidade da Educação Municipal Ib Gatto Falcão,³ o Prêmio Destaques da Rede Estadual de Ensino: Gestão Escolar, Gestão Pedagógica e Docência, o Prêmio Escola 10, a bonificação por resultados e a lei para designação de gestores escolares atrelada aos resultados do Ideb.

Nota-se que ele é o carro-chefe das atuais políticas de avaliação no estado de Alagoas e, “como política indutora da melhoria dos indicadores educacionais do estado, o Escola 10 tem se limitado a cumprir com o que está inscrito na Lei que cria o Programa e a partir do pacto do estado com escolas e municípios”, além de ser um “forte candidato a instrumento de responsabilização de gestores e docentes, na perspectiva do gerencialismo em que se insere o Programa e da *accountability* como compreendida na educação” (Silva, 2021, p. 170).

Dessa forma, as políticas contemporâneas no estado alagoano estão alinhadas à política neoliberal e gerencial, responsabilizando os profissionais da educação e pactuando com as orientações globais, o que impacta no modo de organização das escolas, na formação dos profissionais, no currículo e na avaliação. Para alcançar essas finalidades, as premiações e bonificações são consideradas pelos gestores como alternativas para atrair os envolvidos, pois podem ser “vistas como compensação salarial às categorias desvalorizadas e pouco remuneradas da educação, constituindo-se como um alento em momentos de difícil situação econômica do país e do estado” (Silva, 2021, p. 170).

Paulo Suruagy do Amaral Dantas, do MDB, eleito para o período 2023-2026, é aliado político de Renan Filho e está dando continuidade às políticas educacionais criadas no governo anterior. O Programa Escola 10 continua sendo o carro-chefe para a concretização das políticas de governo do estado, destacando-se como novo aspecto a criação do Cartão Escola 10, designado para os estudantes do ensino médio

³ Ib Gatto Marinho Falcão (1914-2008) foi médico, escritor, poeta e professor alagoano.

que concluem a etapa escolar e realizam todas as avaliações externas. Esse programa de combate à evasão escolar influenciou, em 2024, o governo federal, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a criar o Programa Pé-de-Meia, cujo escopo é incentivar a permanência dos estudantes do ensino médio, oferecendo auxílio financeiro.

Outro aspecto para o atual governo alagoano foi a continuidade da bonificação para os profissionais da educação, na perspectiva de incentivá-los a alcançar um bom desempenho nas avaliações externas. Além disso, há prosseguimento da relação entre a educação estadual com as fundações privadas, como a Fundação Lemann, o Instituto Natura, o Instituto Gesto e o Instituto Elos. Nesse sentido, “o Movimento Todos Pela Educação, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Lemann apoiam, orientam e definem hoje ações da Seduc, visando à ‘melhoria da qualidade do ensino’, com foco na elevação do Ideb” (Lima; Luce, 2022, p. 10).

No governo anterior, Renan Filho (2015-2022), e no atual, Paulo Dantas (2023 – dias atuais), houve uma aproximação das “fundações e institutos para assessoria pedagógica, passando essas a fazer parte da agenda do Executivo e da Seduc” (Lima; Luce, 2022, p. 10), de forma que são responsáveis por idealizações de programas e formação de profissionais da educação, objetivando alinhar os preceitos educacionais aos do mercado.

Considerações finais

O marco temporal destacado na pesquisa evidencia dois percursos importantes para conhecer o campo da cultura da avaliação e da responsabilização no estado de Alagoas. De 2001 a 2014, os processos de avaliação estiveram centrados em um movimento que tinha como intenção conhecer a realidade da educação alagoana e encaminhar ações propositivas para a sua melhoria. A partir de 2015, até os dias atuais, evidencia-se uma modernidade na gestão, no sentido de trazer para o espaço escolar a centralização da avaliação e da premiação, tendo como atividade-fim a responsabilização dos profissionais da educação.

Nessa acepção, os caminhos percorridos pela educação alagoana para a disseminação das políticas de avaliação e de responsabilização, mediante a efetivação de políticas locais para os municípios do estado, foram se intensificando pós-2015, na gestão do governador Renan Filho, sob a influência dos institutos e das fundações privadas, a partir de sua atuação nas orientações educativas da rede estadual. A principal política que movimentou e conduziu a educação alagoana e as redes municipais do estado foi a implementação do Programa Escola 10, sendo a referência para a melhoria do Ideb.

Com o Programa Escola 10, todas as redes municipais de Alagoas tiveram o Ideb e os testes padronizados como referência curricular, tendo contribuição do estado para efetivar ações locais para a melhoria dos resultados do Ideb. Cada escola estadual e municipal tem um articulador de ensino, o qual recebe uma bolsa mensal e é responsável por garantir as ações voltadas para os resultados das avaliações, orientar e desenvolver formação continuada e criar estratégias para que as escolas

desempenhem um papel relevante no treinamento para as avaliações. Anos após a implementação da prova do Saeb, foi criada, na rede estadual, a Caravana do Avança Ideb, formada por uma equipe da Seduc-AL, com a finalidade de visitar as escolas para monitorar o trabalho escolar, as ações e as estratégias realizadas pelos profissionais.

Ressaltam-se as premiações para as redes municipais que atingem ou superam a nota do Ideb e, para a rede estadual, a premiação para as escolas e os profissionais que se destacam nos resultados, além da política de bonificação como um incentivo profissional. Evidencia-se, ainda, que os gestores das escolas que alcançam bons resultados no Ideb concorrem à vaga de Gerente Regional das 13 Gerências Estaduais, de maneira que, mediante essa política, há concorrência entre as escolas e os gestores escolares, a fim de alcançar o cargo político.

Os resultados da pesquisa apontam que as políticas locais, por meio de programas, consolidaram as políticas de avaliação e de responsabilização, em que os profissionais da educação e a comunidade local foram interlocutores do processo. Assim, as políticas de avaliação e de responsabilização no estado de Alagoas estão em consonância com as políticas globais que têm técnicas e estratégias para efetivar um modelo de educação pautado na lógica gerencialista, mediante os princípios de competição do mercado.

A partir desse ponto de vista, surge uma inquietação reflexiva sobre o modelo de educação que está sendo desenvolvido no estado de Alagoas, fundamentado em influências globais e regionais, traduzindo, para as crianças e as juventudes, uma formação com características mínimas de conhecimentos acumulados historicamente e, para os profissionais da educação, uma formação continuada cuja orientação principal é a aprendizagem de técnicas de padronização de avaliação e de descritores que serão cobrados nos testes nacionais.

Desse modo, a pesquisa apresentada evidencia contribuições para a análise das políticas em vigência e as que poderão surgir no contexto gerencial, possibilitando reflexões sobre os caminhos educacionais desenvolvidos na realidade da educação alagoana. Outra questão que pode ser destacada é a visibilidade reflexiva para os cenários global, nacional e local, evidenciando como referência um estado da região Nordeste que está sendo influenciado pelas orientações globais, repercutindo no modo de organização da escola e do trabalho docente e na forma de condução da educação local.

Por fim, salientam-se as políticas de avaliação e de responsabilização no estado de Alagoas com um caráter padronizado, em que os profissionais da educação são os únicos responsabilizados pelos resultados educacionais. O movimento histórico, político, cultural e econômico transformou a avaliação diagnóstica em uma avaliação competitiva e punitiva, centrada na dimensão mercadológica. Esse modelo de avaliação não contribui para uma educação com perspectivas de formação integral, de emancipação humana e de construção de uma sociedade justa e igualitária. Eis, portanto, o desafio!

Referências bibliográficas

AFONSO, A. J. Políticas educativas e avaliação das escolas: por uma prática avaliativa menos regulatória. In: SIMPÓSIO SOBRE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR, 2., 2002, Aveiro. *Anais...* Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002. p. 31-37.

AFONSO, A. J. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. *Contrapontos*, Itajaí, v. 7, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007.

AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013.

ALAGOAS. Lei nº 7.801, de 1º de junho de 2016. Cria, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, a função especial de Articulador de Ensino, altera a lei delegada nº 47, de 10 de agosto de 2015, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 2 jun. 2016a. Ano 104, n. 346, p. 1.

ALAGOAS. Decreto nº 49.700, de 3 de agosto de 2016. Dispõe sobre a criação do Prêmio Destaques da Educação da Rede Pública Estadual de Ensino no Âmbito da Gestão Escolar, da Gestão Pedagógica e da Docência. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 4 ago. 2016b. Ano 104, n. 390, p. 1.

ALAGOAS. Decreto nº 51.237, de 15 de dezembro de 2016. Cria o Prêmio de Qualidade da Educação Municipal Professor Ib Gatto Falcão, destinado a premiar as escolas públicas municipais com melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 15 dez. 2016c. Ano 108, n. 1561, p. 5.

ALAGOAS. Lei nº 8.048, de 23 de novembro de 2018. Institui o Programa Escola 10 com a finalidade de garantir os direitos de aprendizagem dos estudantes da educação básica de todas as redes públicas de Alagoas, define as diretrizes gerais, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 26 nov. 2018. Ano 106, n. 960, p. 1.

ALAGOAS. Lei nº 8.171, de 8 de outubro de 2019. Dispõe sobre a criação do Prêmio Escola 10 e autoriza o Poder Executivo Estadual premiar os municípios que atingirem as metas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação – Seduc com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 10 out. 2019a. Ano 107, n. 1179, p. 2.

ALAGOAS. Lei nº 8.224, de 19 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a criação da bonificação por resultados no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 20 dez. 2019b. Ano 107, n. 1228, p. 5.

ALAGOAS. Lei nº 8.748, de 28 de setembro de 2022. Dispõe sobre regras de escolha para designação de Gestor de Unidade de Ensino e Gestor(es) Adjunto(s)

de Unidade de Ensino da Rede Pública Estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 29 set. 2022. Ano 110, n. 1916, p. 2.

ALAGOAS. Lei nº 9.171, de 26 de fevereiro de 2024. Dispõe sobre a concessão de bonificação extraordinária aos profissionais da Secretaria de Estado da Educação – Seduc, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 27 fev. 2024. Ano 112, n. 2266, p. 1.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Portaria nº 4.948, de 18 de dezembro de 2015. Institui o Programa e o Índice de Desenvolvimento da Educação de Alagoas – Ideal, de qualidades das escolas do Estado. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 29 dez. 2015. Ano 103, n. 241, p. 20-21.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Portaria nº 23.399, de 13 de outubro de 2023. Determina que o pagamento do Cartão Escola 10 aos estudantes concluintes do ensino médio seja realizado mediante a participação na Prova Saeb. *Diário Oficial do Estado de Alagoas*, Maceió, 16 out. 2023. Ano 111, n. 2176, p. 11.

FELIPE, E. S. Do SAEB à BNCC: padronizar para avaliar. In: UCHOA, A. M. C.; LIMA, Á. M.; SENA, I. P. F. S. (Org.). *Diálogos críticos: reformas educacionais – avanço ou precarização da educação pública?* Porto Alegre: Editora Fi, 2020. v. 2, p. 80-101.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GROULX, L. H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. et al. (Org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 95-124.

LIMA, L. F. *Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – Saveal: desvelando uma política pública e sua relação com a gestão*. 2021. 386 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LIMA, L. F.; LUCE, M. B. Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – Saveal: para ou contra a democratização da/na educação básica? *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, e10490, jan./dez. 2022.

LIRA, J. S. *Educação pública em Alagoas: a ofensiva neoliberal dos governos Teotônio Vilela Filho (2007-2014)*. Maceió: Edufal, 2017.

LIRA, J. S.; HERMIDA, J. F. *Política educacional e neoliberalismo: a educação em Alagoas durante o governo Vilela Filho (2007-2014)*. João Pessoa: UFPB, 2017.

MAROY, C. Estado avaliador, *accountability* e confiança na instituição escolar. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 319-338, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, G.; SILVA, A. V.; GOMES, E. P. S. O discurso da qualidade na educação: a voz dos professores. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 13, n. 27, p. 799-815, set./dez. 2019.

SILVA, W. C. M. *Uma análise do Programa Escola 10 como política pública educacional para o estado de Alagoas*. 2021. 238f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Givanildo da Silva, doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e integrante do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE), ambos vinculados à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e, também, é membro da Rede de Estudos em Políticas de Avaliação Educacional (Repae).

givanildo.silva@cedu.ufal.br

Inalda Maria dos Santos, doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE/UFAL), líder do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE) e integrante da Rede de Estudos em Políticas de Avaliação Educacional (Repae).

inaldasantos@uol.com.br

Edva Emanuelle Gomes da Silva, mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), é integrante do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE) e da Rede de Estudos em Políticas de Avaliação Educacional (Repae).

edvaemanuelle@yahoo.com.br

Fernanda Karina Souto Maior de Melo, mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), é servidora pública da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas (Seduc-AL). Integra o Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional (GAE) e a Rede de Estudos em Políticas de Avaliação Educacional (Repae).

nandasoutomaior@hotmail.com

Recebido em 27 de abril de 2024

Aprovado em 15 de agosto de 2024